

PODER

BC faz investigação interna

Autoridade monetária vai apurar crescimento do Master e condução do processo que resultou na liquidação do banco

» RAFAELA GONÇALVES

O Banco Central abriu uma investigação interna sobre a condução do processo que resultou na liquidação extrajudicial do Banco Master. Sob a responsabilidade da corregedoria, a apuração busca identificar possíveis falhas nos mecanismos de fiscalização e na atuação da área técnica responsável por monitorar a saúde financeira da instituição. De natureza sigilosa, a auditoria foi instaurada logo após a decretação da liquidação do Banco Master, no ano passado. A investigação busca esclarecer as razões da demora do BC em identificar a escalada das operações de maior risco realizadas pelo banco. A abertura da sindicância foi determinada pelo presidente do BC, Gabriel Galípolo, ainda em dezembro. Internamente, o entendimento é de que a liquidação extrajudicial de uma instituição financeira representa um evento de alta gravidade e, por isso, exige documentação detalhada e a revisão rigorosa de todos os procedimentos adotados.

Não há prazo definido para a conclusão da apuração da corregedoria, que atua com autonomia no caso. Além de esclarecer os fatos que levaram à crise do Master, o objetivo também é definir medidas para fortalecer os mecanismos de governança e fiscalização interna do BC. Nos últimos meses, o Master tornou-se foco de questionamentos que envolveram o Banco Central, o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Supremo Tribunal Federal (STF). A crise começou após suspeitas sobre operações financeiras da instituição, que levaram o BC a decretar sua liquidação extrajudicial, em novembro. A medida passou a ser contestada, ampliando o debate a respeito dos fundamentos e da condução do processo. O caso avançou quando o TCU determinou uma inspeção em documentos da liquidação. O Banco Central apresentou embargos, mas retirou o recurso em 12 de janeiro, após reunião entre os presidentes

Alexandre Boiczar / Banco Central



A apuração foi decidida pelo presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e está sendo conduzida pela corregedoria da autoridade monetária

Sem politização

Haddad ressaltou que a Polícia Federal (PF) vai investigar “braços” da instituição financeira. “Eu não sei aonde vai chegar, a quem vai chegar, o importante é chegar. O importante é que a polícia não tenha trava para fazer o trabalho dela, sem politização, sem caça às bruxas, sem querer carimbar agremiações partidárias”, afirmou.

do TCU, Vital do Rêgo Filho, e do BC, Gabriel Galípolo, permitindo o prosseguimento da análise. Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que Galípolo recebeu um “abacaxi” do antecessor no BC, Roberto Campos Neto, que, segundo

ele, já teria informações sobre as fraudes no Master. “Havia suspeitas graves de fraudes em carteiras, e quando você detecta uma fraude, que envolveu o Banco de Brasília, o BRB, aí não tem muito como manter no interior do Banco Central. O problema é que você não está falando de má gestão. Você está falando de crime”, frisou a jornalistas ao chegar ao ministério. Ele acrescentou que não houve comunicação entre BC e Fazenda durante a presidência de Campos Neto. Haddad também comentou que não teve contato com o dono do Master, Daniel Vorcara. “Eu sequer conhecia a imagem dele”, ressaltou. “Eu sabia do problema do banco, tinha uma disputa de narrativa acontecendo. Alguns diziam que era uma grande instituição financeira que estava surgindo e que isso estava incomodando a concorrência e tudo mais; e

outros dizendo: ‘olha, esse negócio não é sustentável, esse negócio vai estourar.’”

Pagamentos

O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) já pagou R\$ 32,5 bilhões aos investidores do conglomerado do Master, correspondendo a cerca de 80% do montante total previsto, segundo o balanço mais recente de ontem. Os recursos chegaram a 580 mil credores, cerca de 75% da base total de clientes. O grupo abrange o Banco Master, o Banco Master de Investimento e o Letsbank, todos liquidados pelo Banco Central (BC) em novembro do ano passado. A maior parte dos recursos pagos corresponde a aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDBs). De acordo com o FGC, aproximadamente 20 mil pedidos ainda estão em processamento,

aguardando ação dos próprios credores. A expectativa é de que o percentual de compensações pagas avance rapidamente e chegue próximo de 90% até o final desta semana. O fundo garante depósitos de até R\$ 250 mil por conta ou R\$ 1 milhão por CPF ou CNPJ. No caso do Will Bank, também integrante do conglomerado Master e liquidado em 21 de janeiro, o FGC estima que serão pagos cerca de R\$ 6,3 bilhões em garantias. O início dos pagamentos depende da consolidação da base de credores, tarefa que está a cargo do liquidante com apoio do FGC. O fundo ressalta que todos os recursos mantidos em contas de pagamento são segregados do patrimônio da instituição e serão restituídos conforme os critérios definidos pelo liquidante, sem previsão de liberação imediata. (Colaborou Raphael Pati)

CPMI mira Vorcara

» LETÍCIA CORRÊA*

O presidente da Comissão Parlamentar Mista (CPMI) do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG), anunciou a convocação do dono do Banco Master, Daniel Vorcara, para depor, na próxima quinta-feira, sobre descontos ilegais nos benefícios de aposentados e pensionistas da Previdência Social. “O que nos leva a trazer aqui o senhor Vorcara são os 250 mil contratos de empréstimos consignados que o Banco Master tinha em carteira, que foram suspensos pelo INSS por falta de comprovação, de documentação que garantisse, de fato, a efetividade e a anuência dos aposentados”, explicou Viana, em coletiva de imprensa. “A gente vai perguntar sobre como ele conseguiu esses contratos, de quem adquiriu e por que tantas pessoas não tinham uma comprovação se realmente autorizaram ou não o desconto em folha dos aposentados. Como ele conseguiu manter esses descontos sem uma autorização formal das pessoas que estavam sendo descontadas”, acrescentou. O senador disse ter enviado ao ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), um pedido para que Vorcara compareça à comissão. De acordo com o parlamentar, o banqueiro está devendo explicações aos brasileiros e deve ser obrigado a falar. “Há uma série de procedimentos que vêm blindando o Vorcara de prestar esclarecimentos à sociedade brasileira. Nós precisamos que um banqueiro, que envolveu metade da República, seja obrigado a falar”, frisou, ao ser questionado sobre a possibilidade de uma defesa do banqueiro conseguir um habeas corpus.

Mandado

Viana também informou que entrará com um mandado de segurança, requerendo a volta do acesso dos parlamentares ao material da quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático de Vorcara. Em dezembro, Toffoli vetou a possibilidade de os senadores e deputados analisarem os documentos. Ele manteve quebras de sigilo aprovadas pela CPMI, mas decidiu que o material deve ficar na Presidência do Senado, sem acesso a outros parlamentares. “Nossa relação com o Master começa com os consignados e termina com os consignados. Nós vamos trazer Vorcara para que ele possa falar sobre consignados e as consequências que ele não comprovou”, concluiu. Também são aguardados para depoimento, na quinta-feira, o presidente do BMG, Luiz Félix Cardamone Neto, e o presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior. Já a oitiva de Luiz Félix Cardamone Neto, ex-presidente do BMG, foi adiada para depois do carnaval.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

Perdas do BRB podem chegar a R\$ 5 bilhões

O diretor de Fiscalização do Banco Central (BC), Ailton de Aquino, afirmou em depoimento à Polícia Federal (PF) que o Banco de Brasília (BRB) poderá ter de constituir uma reserva bilionária para cobrir perdas relacionadas ao Banco Master. Segundo ele, os valores podem se aproximar de R\$ 5 bilhões após a aquisição de carteiras de crédito da instituição. A estimativa foi elaborada pela área técnica da autoridade monetária. No depoimento, prestado no fim do ano passado, Aquino ressaltou que o Banco Central já havia identificado a necessidade de constituição imediata de aproximadamente R\$ 2,7 bilhões em provisões no BRB, banco controlado pelo Governo do Distrito Federal. “Em virtude da qualidade dos ativos que o BRB conseguiu buscar no Master, a gente também está

ponderando que faltam mais, tem que ser feita provisão de mais R\$ 2,2 bilhões”, disse. “A probabilidade é que seja mais de R\$ 5 bilhões de ajuste”, reforçou. As operações de compra e venda dessas carteiras estão sob investigação das autoridades, que apuram um possível esquema de criação e negociação de títulos de crédito sem lastro entre o Master e o BRB. De acordo com o Banco Central, o BRB desembolsou R\$ 12,2 bilhões por carteiras que apresentavam indícios de fraude, o que levou o regulador a determinar que a operação fosse desfeita, no ano passado, após a identificação de irregularidades. Desse total, R\$ 6,7 bilhões foram desembolsados pelos direitos e o restante foi relativo a prêmios pela aquisição. O Ministério Público Federal

Lula Marques/ Agência Brasil



Declarações de Aquino foram em depoimento à Polícia Federal

(MPF) e a PF afirmam que o Banco Master comprou carteiras de crédito da Consultoria Tirreno

sem realizar o pagamento e, em seguida, revendeu esses ativos ao BRB, com liberação imediata dos

recursos. Após a anulação da operação, o Master devolveu os valores ao BRB na forma de ativos, que ainda estão sendo analisados pelo Banco Central e pela instituição pública. No inquérito, Aquino apontou que uma parcela relevante dos créditos negociados não existia de fato e foi formalizada por meio de Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) sem lastro financeiro comprovado. Segundo ele, falhas nos mecanismos de governança impediram que o problema fosse identificado previamente pelo BRB, embora pudesse ter sido detectado com procedimentos básicos de auditoria. O diretor também afirmou à PF que não sofreu qualquer tipo de pressão relacionada à decisão do Banco Central de decretar a liquidação extrajudicial do Master no ano passado. (RG)

**GOVERNO QUE FEZ
GOVERNO QUE FAZ**

**Desbloqueie
o seu cartão no
aplicativo BRB
Social e confira
as malhasias
credenciadas.**

**Em caso de dúvidas
procure a regional de
ensino do seu filho.**

Dara Yanni Martins
CEF 04 do Gama

Cartão Uniforme Escolar.
Feito na medida certa
para 442 mil estudantes
das escolas públicas.

Educação